

## INFORMAÇÃO

Registo	Data da Informação	Processo	Serviço emissor
Informação n.º 3862 / 2018	01/03/2018	2018/300.10.005/226	Contratação Pública

**ASSUNTO:** Escolha e início procedimento

Exmo. Sr. Chefe da DAF,

**Contratação:** Aquisição de espetáculo de música no âmbito das comemorações do dia da Juventude

**Código CPV:** 92312200-3 Serviços fornecidos por autores, compositores, escultores, artistas e outros artistas individuais, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28.11.2007

**Tipo de Procedimento** – Ajuste Direto Regime Geral, valor contratual < € 20.000,00

### I – Objeto da Proposta e Fundamentação da necessidade de contratar

De acordo com o documento n.º 3139 de 20/02/2018, com origem no serviço de Juventude, o qual segue em anexo e é parte integrante deste processo, constata-se a necessidade de iniciar um procedimento de contratação tem como objeto a aquisição de espetáculo de música no âmbito das comemorações do dia da Juventude.

Para a contratação em causa é proposto um prazo de um dia, dia 17 de março de 2018.

### II – Valor Contratual e Preço Base

Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com o disposto no art.º 47.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, define-se como valor base para este procedimento **€ 7.000,00 (sete mil euros)**, isentos de IVA, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato a celebrar.

Em cumprimento do determinado no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base tem como

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

fundamentação uma pesquisa feita pelo serviço de Juventude.

### **III – Enquadramento Orçamental**

A despesa inerente ao contrato a celebrar será satisfeita pela dotação da classificação orçamental 02/02.02.20 do Orçamento da Câmara Municipal de Sines, para o ano de 2018, conforme documento anexo – Requisição Interna n.º 252/2018 relativa ao cabimento prévio n.º 1449.

### **IV - Escolha do Procedimento**

Dado tratar-se de um contrato em função de critérios materiais, propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto (consulta a uma entidade), previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP.

### **V – Decisão de Contratar/Autorização da Despesa**

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 36.º e no art.º 38.º do CCP, a decisão de contratar, a autorização da despesa e a escolha do procedimento, cabem ao órgão competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Atendendo a que nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do art.º 24.º do CCP a escolha do ajuste direto permite a celebração de contratos de qualquer valor e, considerando o valor previsto para o contrato de prestação de serviços em causa, solicita-se, ao Sr. Presidente da Câmara, no uso de competência própria, estabelecida no art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea f) do n.º 1 do art.º 14.º do CCP, que:

- a) Autorize a contratação em causa e a adoção de um procedimento de ajuste direto;
- b) Nos termos n.º 1 do art.º 113.º CCP autorize o envio de convite à apresentação de proposta à empresa Projeto Enraizarte Associação - NIF 510681484. Considerando que a escolha desta empresa não viola o previsto no n.º 2 e no n.º 5, ambos do referido artigo.
- c) Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do CCP e para os efeitos previstos no

n.º 2 do mesmo artigo, aprove as peças do procedimento respetivamente o convite à apresentação de proposta e caderno de encargos, conforme documentos em anexo;

## **VI – Outras Exigências Legais**

Em cumprimento do que está determinado no n.º 1 do art.º 61.º da Lei n.º 114/2017, de 29.12 – LOE 2018, verifica-se que o valor do contrato a celebrar não ultrapassa o valor gasto em 2017.

Considerando o previsto no n.º 4 do art.º 67.º do CCP, e uma vez que apenas se vai proceder ao convite de uma só empresa, poderá proceder-se à dispensa do júri, pelo que se sugere que a Assistente Técnica do serviço de Juventude, Marta Prata, emita parecer técnico sobre a proposta apresentada. Em cumprimento do determinado no art.º 290.º -A do CCP sugere-se também a sua nomeação como gestor do contrato, tendo como função acompanhar permanentemente a execução deste.

Nos termos do art.º 127.º do CCP a celebração deste contrato deverá ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos para que possa produzir os seus efeitos, nomeadamente para processamento do respetivo pagamento.

Considerando o disposto no n.º 2 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o qual regulamenta a LCPA, nenhum compromisso poderá ser assumido sem a verificação prévia da existência de fundos disponíveis para o fazer. Nesta conformidade, atento o disposto no art.º 76.º do CCP deverá ser assegurada a existência de fundos disponíveis para efeitos de adjudicação.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, dado tratar-se de uma aquisição de valor inferior a € 10.000,00, está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito.

É quanto cumpre informar, à consideração superior,

O/A Assistente Técnico

Sandra Carla Rodrigues Garcia da Silva (7419)